

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7.180, DE 2014

EMENDA AO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.180, DE 2014, QUE “ALTERA O
ART. 3º DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1996” E APENSADOS.

EMENDA Nº (Do Sr. Sóstenes Cavalcante)

Acrescente-se ao projeto de lei o seguinte artigo 2º,
renumerando-se os demais:

“Art. 2º. O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.”

JUSTIFICAÇÃO

Ao dispor que *“A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo „gênero” ou „orientação sexual”, o artigo 5º do substitutivo do nobre relator alude à “ideologia de gênero”, que é o nome com o qual ficaram conhecidas determinadas especulações teóricas em torno das chamadas “questões de gênero”. Entendemos que a aplicação prática e experimental desses postulados teóricos, com o alegado objetivo de “desconstruir a heteronormatividade” e “combater preconceitos”, viola efetivamente o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, a liberdade de consciência e de crença dos alunos e o direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos.*

Parece-nos conveniente, todavia, para afastar qualquer laivo de inconstitucionalidade, deixar claro que o projeto não interdita o ensino e o estudo *científico* de nenhum conteúdo, até mesmo das chamadas “questões de gênero”.

Para isso, a emenda ora proposta estabelece que a abordagem dessas questões, se e quando prevista no currículo escolar, deve ser feita sem qualquer forma de *dogmatismo* ou *proselitismo*. Atinge-se, assim, o mesmo fim visado pelo substitutivo do relator, sem o risco de se considerar que o projeto viola, no ponto, a liberdade de aprender dos estudantes e a liberdade de ensino e pesquisa, asseguradas pela Constituição (art. 206, II).

Ao mesmo tempo, o dispositivo impede qualquer intromissão do Poder Público e seus agentes no processo de amadurecimento sexual dos alunos, o que ofende o direito à intimidade (CF, art. 5º, X) e o direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 12, § 4º).

Sala da Comissão, em de maio de 2018.

Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ)